

Dívida concentra-se *externa* no prazo mais curto

25 JAN 1987

O Brasil aceitou sacrificar o perfil da dívida externa para fazer prevalecer, junto aos bancos credores e também ao Clube de Paris, sua decisão política de rejeitar o monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI) conforme o **CORREIO BRAZILIENSE** ouviu ontem de um dos participantes brasileiros das difíceis rodadas de negociações, de segunda à madrugada da última quarta-feira, na capital francesa. O Clube de Paris abriu mão do monitoramento, mas impôs a tese de que sem o FMI a economia brasileira oferece maiores incertezas a todos os credores, o que levou à aprovação do curto prazo de seis anos, com três de carência, para o reescalonamento da dívida vencida em 1985 e 1986, no total de US\$ 3,27 bilhões.

Em consequência, o acordo com o Clube de Paris teve, na avaliação colhida pelo **CORREIO BRAZILIENSE**, fatores positivos e concretos, como a eliminação de um forte obstáculo à sequência do processo de rolagem da dívida e, mais importante, sob o aspecto político, sem a intervenção formal e direta do FMI, além de alimentar expectativa de que os países desenvolvidos reativarão as linhas de crédito oficiais para sustentar as importações de máquinas e equipamentos que o Brasil precisa.

Do lado negativo, resultou o curto prazo de reescalonamento

dos compromissos vencidos e a rolagem apenas da dívida a vencer no primeiro semestre deste ano. O **CORREIO BRAZILIENSE** apurou no Ministério da Fazenda que os bancos credores procurarão seguir o Clube de Paris e impor prazo menor para o reescalonamento da dívida brasileira.

Na fase 1, da renegociação, concluída em fevereiro de 1983, os bancos concederam oito anos para amortização, com dois e meio de carência. Após o acordo formal com o FMI, em novembro de 1983, o Clube de Paris ampliou o prazo de reescalonamento da dívida do Brasil, com vencimento entre agosto de 1983 e dezembro de 1984, para nove anos, com cinco de carência. O mesmo prazo foi concedido pelos bancos, no fechamento da fase 2 de renegociação da dívida, em janeiro de 1984.

Logo em seguida, o então presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, lançou a proposta para a fase 3 de renegociação, com base nos pleitos de prazo de reescalonamento de 16 anos, com sete de carência, e de "spread" — taxa de risco — de 0,875% ao ano. No início deste Governo, o ex-presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, manteve as bases de negociação de Pastore.

Após a substituição de Francisco Neves Dornelles por Dilson Funaro no Ministério da Fa-

zenda, em agosto de 1985, o Brasil decidiu romper com o FMI e provocou o impasse na fase 3 de renegociação, com os bancos privados e o Clube de Paris. O Governo brasileiro só conseguiu fechar a fase 3, em setembro último, com a rolagem efetiva apenas da parcela da dívida junto aos bancos vencida em 1985, de US\$ 6,67 bilhões pelo prazo de sete anos, com cinco de carência, e "spread" de 1,125% ao ano.

Na última quarta-feira, o Clube de Paris encurtou ainda mais o prazo de reescalonamento da dívida de 1985 e 1986 e deu apenas solução temporária para os compromissos do primeiro semestre deste ano. Sujeito ao monitoramento do FMI, o México já conseguiu prazos de 20 anos, com sete de carência junto aos bancos privados e, do Clube de Paris, dez anos com seis de carência.

A inclusão do pedido de dinheiro novo levou o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, a afirmar que o Brasil não encontrará facilidades para manter a proposta de renegociação plurianual da dívida — Pastore negociava a dívida a vencer até 1991 —, o que agravava as preocupações com o perfil da dívida do País. Mas, diante da opção política de fugir do FMI, o Banco Central informou que o prazo de seis anos, com três de carência, aprovado pelo Clube de Paris, foi o que se pôde conseguir.